



Brazilian Social Security and Social Work: reflections on the Continuous Cash Benefit Programme [

Ediciones Complutense,
2016-06-08

[info:eu-repo/semantics/article](https://repositorio.baratz.net/semantics/article)

[info:eu-repo/semantics/publishedVersion](https://repositorio.baratz.net/semantics/publishedVersion)

Artículo revisado por pares

Analítica

Guaranteed under the Federal Constitution of 1988, Brazilian social security covers rights relating to health, social welfare and social care. The Continuous Cash Benefit Programme (BPC) was approved as part of social care policy and is regulated under the Social Care Act (Ley Orgánica de Asistencia Social) of 1993. This benefit guarantees a minimum monthly income for persons with disabilities and for older adults. Certain requirements must be satisfied in order to obtain the assistance: medical and social assessment of disabled persons, a minimum age of 65 years for older adults, and, in both cases, the value of per capita income for the nuclear family in question, which must be lower than a quarter of the minimum wage. Regulation of the BPC has incorporated advances and setbacks in terms of legislation and implementation. In this framework, this article presents a theoretical reflection, an analysis of the legislation on the matter, and some reflections on the challenges that it poses for social workers

Guaranteed under the Federal Constitution of 1988, Brazilian social security covers rights relating to health, social welfare and social care. The Continuous Cash Benefit Programme (BPC) was approved as part of social care policy and is regulated under the Social Care Act (Ley Orgánica de Asistencia Social) of 1993. This benefit guarantees a minimum monthly income for persons with disabilities and for older adults. Certain requirements must be satisfied in order to obtain the assistance: medical and social assessment of disabled persons, a minimum age of 65 years for older adults, and, in both cases, the value of per capita income for the nuclear family in question, which must be lower than a quarter of the minimum wage. Regulation of the BPC has incorporated advances and setbacks in terms of legislation and implementation. In this framework, this article presents a theoretical reflection, an analysis of the legislation on the matter, and some reflections on the challenges that it poses for social workers

<https://repositorio.baratz.net/semantics/article>

Título: Brazilian Social Security and Social Work: reflections on the Continuous Cash Benefit Programme [electronic resource]

Editorial: Ediciones Complutense 2016-06-08

Tipo Audiovisual: Social Security; social care; social welfare; Continuous Cash Benefit Programme; Social Work Ciencias Sociales; Trabajo Social; Política Social Seguridad Social; asistencia social; previsión social; Benefício de Prestação Continuada; Trabalho Social

Variantes del título: Seguridad Social brasileira y Trabajo Social: consideraciones sobre el Benefício de Prestação Continuada

Documento fuente: Cuadernos de Trabajo Social; Vol. 29 Núm. 2 (2016): Innovación social, tecnología y Trabajo Social; 323-333

Nota general: application/pdf

Restricciones de acceso: Open access content. Open access content star

Lengua: Spanish

Enlace a fuente de información: Cuadernos de Trabajo Social; Vol. 29 Núm. 2 (2016): Innovación social, tecnología y Trabajo Social; 323-333 Cuadernos de Trabajo Social; Vol 29 No 2 (2016): Innovación social, tecnología y Trabajo Social; 323-333 1988-8295 0214-0314

Otras relaciones: <https://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/50131/48803> /ref*/Antunes, R. (2008). Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. (2º ed.). São Paulo: Cortez /ref*/Avila, R.I. (s/f). Os limites atuais de distribuição de renda e riqueza no Brasil. En: Carta Capital. Recuperado de: <http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia%2FOs-limites-atuais-da-distribuicao-de-renda-e-riqueza-no-Brasil%2F7%2F32456> /ref*/Behring, E.R. (2008). Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Brasil: Cortez /ref*/Behring, E.R. y Boschetti, I. (2006). Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez /ref*/Boschetti, I. (2004). Seguridade social e projeto ético-político: que direitos para qual cidadania? Serviço Social e Sociedade, 79, 108-132 /ref*/Boschetti, I. (2009). Seguridade social na América Latina. En: I. Boschetti. Política social no capitalismo (pp. 174-195). Brasília: Cortez Editora /ref*/Diário Oficial da União. (1988). Constituição Federal (1988). Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con198805.10.1988/con1988.pdf> /ref*/Diário Oficial da União. (2007) Decreto nº 6.214 /2007. Recuperado de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm> /ref*/Cartaxo, A.M.B. y Cabral, M.S.R. (2008). O processo de desconstrução do projeto profissional do Serviço Social na Previdência - um registro de resistência e luta dos assistentes sociais. En: L. Braga y M.S.R. Cabral (coords.), O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez /ref*/Conselho Federal de Serviço Social. (2001). Carta de Maceió. Recuperado de: <http://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacionalcartasmaceio.pdf> /ref*/Iamamoto, M.V. (2004). O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. (7º ed.) São Paulo: Cortez /ref*/Iamamoto, M.V. (2007). Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez. Diário Oficial da União. (1991). Ley 8.213/1991. Recuperado de: <http://www.alprevidencia.al.gov.br/legislacao/legislacoes-aplicaveis/Lei%20n.%208213-%20de%2025%20de%20Julho%20de%201991%20-%20DOE.pdf> Diário Oficial da União Brasília. (1993). Ley 8.662/1993. Recuperado de: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011CFESS.pdf> /ref*/Diário Oficial da União. (2003). Ley 10.741/2003. Estatuto do Idoso. Recuperado de: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/est.%20de%20idoso.pdf> /ref*/Diário Oficial da União. (2010). Ley 12.317 /2010. Recuperado de: <http://www.cfess.org.br/arquivos/L12317.pdf> /ref*/Diário Oficial da União. (2011). Ley 12.435/2011. Recuperado de: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Lei-12435.pdf> /ref*/Diário Oficial da União. (2011). Ley 12.470/2011. Recuperado de: <https://www.sinait.org.br/docs/LEINo12470DE31DEAGOSTODE2011.pdf> /ref*/Maciel, C.A.B. (2008). Benefício de Prestação Continuada: as armadilhas. Presidente Venceslau, Brasil: Letras à margem /ref*/Masson, G.A. (2011). Um estudo do benefício de prestação continuada no município de Altinópolis/SP: o impacto na vida de seus beneficiários (Trabajo fin de máster). Universidade Estadual Paulista, Franca, Brasil /ref*/Netto, J. P. (2009). A construção do projeto ético-político do Serviço Social. En: A. E. Mota, (coord.), Serviço Social e Saúde: formação e trabalho social (pp. 141-160). Brasília: Ministério da Saúde /ref*/Silva, M.L.L. (2012). Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez /ref*/Vaz, R.I. (2014). Acessibilidade restrita à proteção social não contributiva: um estudo sobre a invisibilidade da demanda pelo BPC. (Trabajo fin de máster). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo /ref*/Yazbek, M.C. (2008). Análise da Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social no INSS, considerando a política previdenciária, suas determinações sócio-históricas e o projeto hegemônico

do Serviço Social. En: L. Braga y M.S.R. Cabral (coords.), O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez /*ref*/Yazbek, M.C. (2009). O significado sócio-histórico da profissão. En: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEAD/UnB

Baratz Innovación Documental

- Gran Vía, 59 28013 Madrid
- (+34) 91 456 03 60
- informa@baratz.es